

## Caderno de Provas

**CPG 16 – NS**

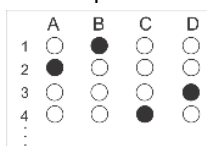
**PROFESSOR MAGISTÉRIO FUNDAMENTAL –  
ANOS FINAIS E EJA – HISTÓRIA**

**Editais Nº. 001/2023 –  
Prefeitura Municipal de Guimarães/RN**

**Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Didática e 25 (vinte e cinco) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	15 questões	30 pontos
Didática	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	25 questões	50 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 15 referem-se ao texto reproduzido abaixo.

### A superioridade do setor público na área educacional

Otaviano Helene

Um dos “argumentos” frequentemente usados para justificar as privatizações, sejam elas feitas diretamente ou por meio de parcerias com fundações e associações, compra de serviço, terceirização, subvenção ao setor privado, entre outras, é a hipótese de que o setor privado é mais eficiente que o setor público. Entretanto, essa hipótese está errada.

Vejamos o caso do ensino superior. Quanto ao aspecto apenas financeiro ou econômico, é fácil verificar a superioridade do setor público: o custo de manutenção de um estudante em um curso na USP é inferior ao custo em um mesmo curso e com a mesma qualidade oferecido pelo setor privado. Para ilustrar isso, vamos examinar o orçamento da USP.

Como o objetivo aqui é comparar os custos do ensino, as despesas com aposentadorias e pensões devem ser subtraídas do orçamento da USP, uma vez que elas não são despesas educacionais e, nas instituições privadas, elas são feitas pelo INSS ou por fundos de aposentadoria e, portanto, não estão no orçamento da instituição. Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais, incluídas nas despesas com ciência e tecnologia; incluí-las também como despesas com educação seria fazer uma dupla contabilidade. (Essas despesas com pesquisa em instituições de ensino foram estimadas com base em recomendações internacionais padronizadas, descritas no Manual de Frascati, documento comumente utilizado no Brasil como referência para cálculo dos investimentos em ciência e tecnologia, como, por exemplo, nos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo em 2010, publicados pela Fapesp.)

Nas estimativas apresentadas a seguir, foram considerados os orçamentos das várias unidades, acrescidos das despesas não alocadas a unidades específicas (prefeituras dos campi, Reitoria etc.), que foram distribuídas pelas unidades na proporção do número de alunos. No caso de algumas unidades que oferecem cursos a estudantes de outras unidades em quantidade significativa, parte do orçamento foi atribuída àquelas unidades que recebem os cursos. Os orçamentos dos hospitais, dos museus, da Edusp e de alguns outros órgãos cujas atividades não são exclusivamente, ou, pelo menos, majoritariamente destinadas ao ensino, foram parcialmente distribuídos por todas as unidades na proporção das matrículas, ou, quando era o caso, apenas pelas unidades cujas atividades eram mais próximas às daqueles órgãos.

É possível analisar os custos por aluno dos vários cursos separando-os em três grupos: cursos cujas cargas horárias dos estudantes são grandes e os laboratórios bastante complexos, sendo Medicina o mais típico deles; cursos com cargas horárias intermediárias e com laboratórios relativamente complexos, como os das áreas de ciências básicas ou Engenharia; e cursos que não exigem laboratórios ou estes se resumem a sistemas de computação, como, por exemplo, Matemática ou os cursos de humanidades. As despesas por estudante foram calculadas considerando-se matrículas de graduação e de pós-graduação. Usando as informações do Anuário Estatístico da USP, podemos estimar os custos mensais de um estudante em cada um desses três grupos. A valores atualizados para 2022, eles são da ordem de R\$ 6.000, R\$ 4.000 e R\$ 2.500, respectivamente. Esses valores estão abaixo dos valores das mensalidades dos cursos das mesmas áreas e com qualidade equivalente nas instituições privadas.

Caso as despesas com pesquisa, estimadas como sendo da ordem de 25% do orçamento total da Universidade, não tivessem sido excluídas, ainda assim o custo de uma matrícula na USP estaria abaixo da praticada pelo setor privado, sempre considerando cursos equivalentes.

Vale observar que esses valores estimados têm incertezas devidas a muitos fatores. Por exemplo, vários orçamentos, como do centro esportivo ou da assistência estudantil, foram distribuídos pelas unidades na proporção da quantidade de estudantes, apesar de o uso desses recursos poder variar entre estudantes das diferentes unidades, dos cursos noturno e diurno etc. Os custos dos diferentes cursos em cada um daqueles três grupos também variam, assim como o custo em um mesmo curso em *campi* diferentes. Essas variações são, em média, da ordem de 20% ou 30%. Entretanto, como o orçamento total é fixo, caso os valores para alguns cursos tenham sido subestimados, outros, necessariamente, estarão superestimados e, portanto, não deve haver um erro para menos ou para mais em todas as estimativas.

Essas estimativas estão de acordo com outras feitas ao longo das últimas duas décadas, algumas delas publicadas no Jornal da USP. Esse fato mostra que não houve mudanças na tendência geral, quer quanto ao valor dos investimentos por aluno, quer quanto à comparação entre os setores público e privado.

**CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN**  
**EDITAL Nº 001/2023**

Situação similar ocorre na educação básica. Dadas as mesmas condições econômicas e sociais dos estudantes e considerando uma mesma região do País, estudantes das instituições privadas só apresentam um desempenho equivalente ao dos estudantes das escolas públicas quando seus orçamentos, por matrícula, são bem superiores aos orçamentos das escolas públicas. Essa afirmação tem como base análise dos microdados do Enem.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado cujas instituições têm o mesmo orçamento por pessoa matriculada. Como corolário dessa constatação, com a mesma quantidade de recursos por aluno, o setor público obtém melhor desempenho que o setor privado, tanto no ensino superior como na educação básica.

Não é apenas na educação que o setor público se mostra mais eficiente e obtém melhores resultados. Na área de saúde ocorre o mesmo: nenhum sistema privado de saúde conseguiria o desempenho do SUS com um orçamento equivalente, da ordem de R\$ 150 por mês e por pessoa, aí incluídas as despesas da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Além da questão meramente financeira, há muitos pontos positivos a favor do ensino público em comparação com o ensino privado. O setor público, por não cobrar mensalidades, não depende da capacidade da população para arcar com as despesas educacionais. Assim, ele pode oferecer o curso mais necessário em cada região, independentemente do poder aquisitivo da população local, coisa impossível no caso de instituições privadas. É comum, nas instituições públicas, o oferecimento, aos estudantes, de alimentação subsidiada, moradia e atendimento em saúde; a evasão tende a ser menor do que nas instituições privadas e o acesso aos professores, maior. As possibilidades de atividades culturais e esportivas são maiores nas instituições públicas.

Talvez haja alguns pouquíssimos casos em que seja mais favorável uma colaboração com entidades não governamentais para superar alguns problemas específicos e em alguns momentos. No entanto, como regra e na enorme maioria dos casos, a privatização da educação escolar, ainda que parcialmente, é uma péssima ideia e uma prática que deve ser repudiada. Por implicar piores desempenhos com a mesma quantidade de recursos, é muito ruim, especialmente em um país carente de ensino e de profissionais e com recursos financeiros também limitados.

Disponível em: <<https://jornal.usp.br>>. Acesso em 01 jul. 2023.[Adaptado]

**01.** No texto, há um predomínio do tipo

- A) explicativo, em que se desenvolve um movimento de refutação de uma tese anterior.
- B) explicativo, em que se desenvolve um movimento de ratificação de uma tese anterior.
- C) argumentativo, em que se desenvolve um movimento de refutação de uma tese anterior.
- D) argumentativo, em que se desenvolve um movimento de ratificação de uma tese anterior.

**02.** Ao concluir o texto, o autor

- A) é categórico ao considerar como improdutivo a parceria entre o público e o privado na educação.
- B) modaliza o discurso ao se referir à necessidade de parceria entre o público e o privado na educação.
- C) é categórico ao considerar todo e qualquer processo de privatização da educação com algo fadado ao insucesso.
- D) modaliza o discurso ao se referir ao caráter nocivo da privatização em países com sistema educacional deficitário.

**03.** Sobre a progressão do tema, é correto afirmar:

- A) no parágrafo 9 é desenvolvida ideia que se contrapõe ao que é abordado entre os parágrafos 2 e 8.
- B) o parágrafo 7 é desenvolvido por comparação e ele tão somente reforça a ideia do parágrafo anterior.
- C) do parágrafo 2 ao 8 é abordado um dos aspectos do tema; há uma mudança de foco no parágrafo 9.
- D) o parágrafo 12 sinaliza que a abordagem do tema se dá, exclusivamente, pelo viés da questão financeira.

**04.** Apresenta propósito comunicativo semelhante ao do texto desta prova o gênero textual

- A) editorial.
- B) notícia.
- C) artigo informativo.
- D) relatório técnico.

**As questões 5 e 6 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.**

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado **cuja**s instituições têm o mesmo orçamento por pessoa matriculada. Como **corolário** dessa constatação, com a mesma quantidade de recursos por aluno, o setor público obtém melhor desempenho que o setor privado, tanto no ensino superior como na educação básica.

**05.** A palavra “cuja”, nesse contexto linguístico,

- A) é pronome possessivo variável, estabelece relação de posse e exerce a função de adjunto adverbial.
- B) é pronome possessivo invariável, estabelece relação de posse e exerce a função de adjunto adverbial
- C) é pronome relativo invariável, estabelece relação de posse e exerce função sintática de adjunto adnominal.
- D) é pronome relativo variável, estabelece relação de posse e exerce função sintática de adjunto adnominal.

**06.** O uso da palavra “corolário” remete a

- A) um fato que se opõe a outro.
- B) uma situação que exclui a outra.
- C) um fato que se sobrepõe a outro.
- D) uma situação que é decorrente de outra.

**07.** Leia o trecho abaixo.

Essas variações são, em média, da ordem de 20% ou 30%. **Entretanto, como** o orçamento total é fixo, **caso** os valores para alguns cursos tenham sido subestimados, outros, necessariamente, estarão superestimados e, **portanto**, não deve haver um erro para menos ou para mais em todas as estimativas.

Sobre as palavras “entretanto”, “como”, “caso” e “portanto”, nesse trecho, é correto afirmar:

- A) “entretanto” interliga orações e estabelece relação de contraposição; “como” interliga orações e estabelece relação de comparação; “caso” interliga orações e estabelece relação de finalidade; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.
- B) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de contraposição; “como” interliga orações e estabelece relação de causa; “caso” interliga orações e estabelece relação de condição; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.
- C) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de conclusão; “como” interliga orações e estabelece relação de explicação; “caso” interliga orações e estabelece relação de finalidade; “portanto” interliga orações e estabelece relação de contraposição.
- D) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de conclusão; “como” interliga orações e estabelece relação de conformidade; “caso” interliga orações e estabelece relação de condição; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.

08. A palavra “que” está empregada com função de conjunção em

- A) “Vale observar que esses valores estimados têm incertezas [...]”
- B) “No caso de algumas unidades que oferecem cursos a estudantes [...]”
- C) “[...] unidades específicas (prefeituras dos campi, Reitoria etc.), que foram distribuídas [...]”
- D) “[...] algumas unidades que oferecem cursos a estudantes de outras unidades [...]”

09. Analise o período abaixo.

No caso de algumas unidades que oferecem cursos **a[1]** estudantes de outras unidades em quantidade significativa, parte do orçamento foi atribuída **àquelas[2]** unidades que recebem os cursos.

Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar:

- A) Em 1 não ocorre crase, uma vez que a transitividade do verbo “oferecer” é somente direta e o **a** antecede um substantivo empregado em sentido individualizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome demonstrativo.
- B) Em 1 não ocorre crase, uma vez que a transitividade do verbo “oferecer” é somente indireta e o **a** antecede um substantivo empregado em sentido generalizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome indefinido.
- C) Em 1 não ocorre crase, uma vez que, apesar da regência do verbo “oferecer”, o **a** antecede um substantivo empregado em sentido generalizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome demonstrativo.
- D) Em 1 não ocorre crase, uma vez que, apesar da regência do verbo “oferecer”, o **a** antecede um substantivo empregado em sentido individualizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome indefinido.

10. Leia o trecho abaixo.

Um dos “arqumentos” frequentemente usados para justificar as privatizações [...]

As aspas foram empregadas para

- A) assinalar palavra de uso conotativo.
- B) delimitar trecho de citação textual.
- C) desqualificar uma visão corrente.
- D) sinalizar palavra de uso popular.

11. Analise o período abaixo.

Além da questão meramente financeira, há muitos pontos positivos a favor do ensino público em comparação com o ensino privado.

É correto afirmar que esse período

- A) é simples, construído em torno de um verbo irregular e na forma impessoal.
- B) é simples, construído em torno de um verbo regular e na forma impessoal.
- C) é composto por duas orações, construídas em torno de verbos irregulares e pessoais.
- D) é composto por duas orações, construídas em torno de verbos regulares e pessoais.

12. Considere o trecho abaixo.

É possível analisar os custos por aluno dos vários cursos separando-os em três grupos [...]

De acordo com as orientações normativas da língua portuguesa, o uso do pronome oblíquo em vez de um pronome do caso reto, nesse trecho,

- A) é devido à transitividade do verbo “separar”, que exige um complemento indireto.
- B) é devido à transitividade do verbo “separar”, que exige um complemento direto.
- C) é opcional, uma vez que o pronome do caso reto, nessa posição, exerceria a mesma função sintática.
- D) é opcional, uma vez que, nesse caso, os pronomes oblíquos e retos não exercem função sintática.

13. Leia o período abaixo.

Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais, incluídas nas despesas com ciência e tecnologia; incluí-las também como despesas com educação seria fazer uma dupla contabilidade.

Nesse período, o substantivo **despesas** é substituído por

- A) um pronome relativo que exerce função sintática de objeto direto, um pronome pessoal reto e um pronome pessoal oblíquo.
- B) um pronome relativo que exerce função sintática de adjunto adverbial, um pronome pessoal oblíquo e um pronome pessoal reto.
- C) um pronome relativo que exerce função sintática de objeto indireto, um pronome pessoal oblíquo e um pronome pessoal reto.
- D) um pronome relativo que exerce função sintática de sujeito, um pronome pessoal reto e um pronome pessoal oblíquo.

**As questões 14 e 15 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.**

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado [...]

14. Sobre a locução verbal presente nesse trecho, considerando-se as orientações normativas da língua portuguesa, é correto afirmar:

- A) o verbo auxiliar está no singular porque é um verbo impessoal.
- B) é opcional, nessa situação, flexionar o verbo principal ou o auxiliar no plural.
- C) o verbo auxiliar está no singular devido à impessoalidade do verbo principal.
- D) é opcional, nessa situação, flexionar o verbo principal ou o auxiliar no singular.

15. O verbo auxiliar da locução verbal presente nesse trecho está no modo

- A) subjuntivo, e isso é motivado pela presença da palavra “embora”.
- B) imperativo, e isso é motivado pela presença da palavra “embora”.
- C) imperativo, e isso é motivado pelo verbo principal empregado.
- D) subjuntivo, e isso é motivado pelo verbo principal empregado.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIDÁTICA

16. O processo de ensino e de aprendizagem é, essencialmente, um trabalho pedagógico no qual se conjugam fatores externos e internos. Nessa perspectiva, o caráter pedagógico da prática educativa verifica-se como
- A) ação não intencional e planejada, cuja influência externa depende de fatores internos, tais como as condições físicas, psíquicas, econômicas e políticas dos alunos.
  - B) ação consciente, sistematizada, cuja finalidade é promover a formação humana como campo específico do saber informal, de acordo com as condições socioeconômicas do aluno.
  - C) ação consciente, não intencional e sistematizada que atuam no processo de formação humana, por meio de objetivos estabelecidos por critérios sociais e políticos referentes ao papel da educação em um determinado sistema de relações sociais.
  - D) ação consciente, intencional e planejada por meios de objetivos e meios que são estabelecidos por critérios socialmente determinados e que indicam o tipo de homem a formar, para qual sociedade.
17. A aprendizagem é um processo ativo que ocorre no sujeito, por meio de uma interação constante com o ambiente, no qual estruturas cada vez mais complexas vão sendo construídas. Nesse sentido, o processo avaliativo da aprendizagem e do desenvolvimento deve ocorrer considerando o apoio de diferentes perspectivas do conhecimento: epistemológica, histórica, filosófica, psicológica, sociológica, pedagógica. Sob o enfoque epistemológico, a avaliação deverá
- A) centrar-se no papel das relações de sala de aula e seu impacto nas práticas avaliativas.
  - B) entender o poder e a função social da avaliação e seus impactos nas práticas avaliativas.
  - C) considerar que concepções de conhecimento estão subjacentes a diferentes práticas de avaliação.
  - D) extrapolar o espaço da sala de aula, considerando os determinantes estruturais das práticas avaliativas.
18. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) atual, Art. 24, Item V, a verificação do rendimento escolar deverá observar alguns critérios, dentre os quais encontra-se a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Segundo a autora Jussara Hoffmann (1998), o termo *qualitativo* sofre, de fato, múltiplas interpretações pelos docentes, o que dificulta a compreensão do que a lei estabelece a respeito. Nesse sentido, o aspecto qualitativo se
- A) baseia no processo contínuo e cumulativo da avaliação.
  - B) refere à análise de atitudes e aos comportamentos do estudante na escola.
  - C) refere aos interesses e à observação do desenvolvimento intelectual do estudante.
  - D) baseia num processo com menos medição e menos aferição de conhecimento contextualizado.
19. De acordo com Libâneo, na escola, a aula é a forma, predominantemente, de organização do processo de ensino. Nela se criam, se desenvolvem e se transformam as condições necessárias para que os alunos assimilem conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções e, assim, desenvolvem suas capacidades cognitivas. Sob essa ótica, deve-se compreender a aula como
- A) o conjunto das formas didáticas organizadas e dirigidas pelos estudantes, tendo em vista o processo de ensino e de aprendizagem.
  - B) a condução do trabalho docente tendo em vista a formação individual dos alunos, estimulado o espírito de competitividade entre eles.
  - C) a estruturação, a seleção e a organização de atividades que possibilitem desenvolver, de forma homogênea, as capacidades cognitivas dos estudantes.
  - D) o conjunto dos meios e as condições pelos quais o professor dirige e estimula o processo de ensino em função da atividade própria do aluno no processo da aprendizagem escolar.

20. A metodologia ativa caracteriza-se pela inter-relação entre educação, cultura, sociedade, política e escola, sendo desenvolvida por meio de métodos ativos e criativos, centrados
- A) na atividade do estudante com a intenção de propiciar a aprendizagem.
  - B) na atividade do professor, como protagonista do ensino e da aprendizagem.
  - C) nas teorias da atividade, concentrando-se na estrutura de atividades como entidades constituídas historicamente.
  - D) nas teorias da socialização, com foco na aquisição do direito à participação e construção de identidades dentro de comunidades de prática.
21. Ao planejar, o professor define um tema, determina os objetivos, os conteúdos a serem ensinados, o melhor caminho a ser utilizado (metodologia) e a avaliação para identificar se a aprendizagem, de fato, ocorreu. Nesse processo, o professor deve elaborar
- A) plano de aula.
  - B) projeto didático.
  - C) sequência didática.
  - D) programa de disciplina.
22. Na visão de Moran (2019), as metodologias ativas dão ênfase ao papel de protagonista dos aprendizes na sua relação dinâmica com todos os participantes e componentes do processo de ensino e aprendizagem, especialmente com os docentes. Esse processo é, ao mesmo tempo, ativo e
- A) flexível, complexo e participativo, sob a ótica dos discentes.
  - B) amplo, dimensional e contextual, com o aval de alunos e professores.
  - C) reflexivo, de experimentação e análise, sob a gestão dos professores.
  - D) significativo, com possibilidades de personalização, sob o direcionamento da equipe pedagógica.
23. Metodologias ativas em contextos híbridos trazem mais mobilidade, personalidade de mobilização, de compartilhamento, de *design* de experiências diferentes de aprendizagem, dentro e fora da sala de aula e da escola. Assim pensada, a aprendizagem híbrida destaca
- A) a flexibilidade, a mistura e o compartilhamento de espaços, tempos, atividades, materiais, técnicas e tecnologias, dando significado ao processo ativo de ensinar e aprender.
  - B) as alternativas metodológicas, a mistura e o compartilhamento de ideias, a utilização de técnicas e instrumentos midiáticos, dando significado ao processo ativo de ensinar e aprender.
  - C) a diversidade, a interação e o compartilhamento de espaços, cores, tempos e sons, atividades diversificadas, tecnologias e mídias, dando significado ao processo ativo de ensinar e aprender.
  - D) o entendimento e a compreensão bem como as estratégias mais complexas de ensino, trabalho e instrumentos tecnológicos, dando significado ao processo ativo de ensinar e aprender.
24. Este ato de planejar configura-se como processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente. Além disso, promove a articulação entre a atividade escolar e a problemática do contexto social, que tem sua concretização nas propostas pedagógicas da escola. Essa descrição refere-se ao
- A) planejamento escolar.
  - B) planejamento curricular.
  - C) planejamento de ensino.
  - D) planejamento educacional



25. A intencionalidade educativa está presente no processo de ensino e é indicadora das concepções de quem a propõe. Essa intencionalidade define o caminho a ser percorrido e os veículos pelos quais esse caminho será percorrido. Veiga (2004) considera dois conceitos básicos para o entendimento das diferentes abordagens do processo didático, *método* e *técnica*. Para a autora, método é
- A) a instância intermediária, o componente operacional de cada proposta metodológica nas situações práticas.
  - B) a técnica utilizada, considerando que as práticas pedagógicas tem a mesma intencionalidade educativa.
  - C) o elemento sistematizador do processo de ensino, que não determina o tipo de interação a ser estabelecida entre professor, alunos e conteúdos.
  - D) o elemento unificador e sistematizador do processo de ensino, que determina o tipo de interação a ser estabelecida entre professor, alunos e conteúdos, conforme a orientação que o fundamenta.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26.

Quando se afirma que a escravidão era prática costumeira de povos africanos e, portanto, “os negros” escravizados no Brasil estavam já habituados a esse sistema de trabalho, há aí uma incorreção. O sentido da escravidão entre populações africanas tinha outro caráter e não fazia parte da lógica de acumulação capitalista, a qual induziu o tráfico negro europeu no périplo do comércio do Atlântico.

(Circe Maria Fernandes Bittencourt, Ensino de História: fundamentos e métodos.)

Uma possível ação de um professor de história com a finalidade de evitar a incorreção apontada no texto é

- A) delimitar o conceito de escravidão, de forma a permitir sua aplicação padrão em qualquer contexto histórico.
- B) permitir a compreensão da escravidão como uma prática atemporal que se relaciona com todas as sociedades que a implementaram.
- C) contextualizar as práticas escravistas no tempo, relacionando-as aos conflitos de cada sociedade e suas estruturas de funcionamento.
- D) aproximar diferentes práticas escravistas na sociedade ao logo do tempo, percebendo a aplicação homogênea de seu conceito.

27.

O governo Castelo Branco liquidou um dos direitos mais valorizados pelos assalariados urbanos – a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, garantida pela CLT. Em setembro de 1966, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em substituição à estabilidade.

(Bóris Fausto, História do Brasil. Adaptado)

A medida apresentada no texto foi

- A) rejeitada, fortemente, pela classe empresarial em função do aumento dos custos empregatícios.
- B) vantajosa, exclusivamente, para a classe trabalhadora em função da proteção dos direitos trabalhistas.
- C) benéfica para o setor empresarial, que passou a ter mais liberdade no processo de admissão e demissão de seus empregados.
- D) prejudicial à classe trabalhadora em virtude do excesso de direitos trabalhistas extintos desde décadas anteriores.

28. Leia um fragmento do Alvará de 1785, da rainha de Portugal, D. Maria I.

(...) hei por bem ordenar, que todas as fábricas, manufaturas, ou teares de galões, de tecidos, ou de bordados de ouro, e prata. De veludos, brilhantes, cetins, tafetás (...); excetuando tão somente aqueles dos ditos teares, e manufaturas, em que se tecem, ou manufaturam fazendas grossas de algodão, que servem para o uso, e vestuário dos negros, para enfardar e empacotar (...); todas as mais sejam extintas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil.

(Citado em Bittencourt, C. M. F. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004, p.347)

Esse decreto real trouxe implicações como

- A) o aprofundamento da política pombalina de exploração sobre a colônia.
- B) a reversão da política manufatureira implementada nas reformas pombalinas.
- C) a frustração do projeto industrializante de base implementado no Brasil Colônia.
- D) o cancelamento da política industrial implementado no período joanino.

29.

Muitas pessoas e mesmo, parece, certos autores de manuais fazem uma imagem surpreendentemente cândida da marcha de nosso trabalho. No princípio, diriam de bom grado, eram os documentos. O historiador os reúne, lê, empenha-se em avaliar sua autenticidade. Depois do que, e somente depois, os põe para funcionar... Uma infelicidade apenas: nenhum historiador, jamais, procedeu assim. Mesmo quando, eventualmente, imagina fazê-lo.

(Marc Bloch. Apologia da história ou o ofício do historiador)

Conforme o texto e os conhecimentos historiográficos, a visão de Marc Bloch considera que

- A) Os textos e os documentos mais claros e transparentes não falam por si próprios, exceto quando o historiador procede com seus questionamentos.
- B) O ofício do historiador é baseado na busca por documentos oficialmente produzidos, com o objetivo de reconstruir o passado de forma rigorosa.
- C) A História deve, necessariamente, se aproximar da subjetividade e do relativismo, considerando que a leitura do passado está sempre vinculada à contemporaneidade.
- D) O conhecimento histórico necessita de objetividade científica de tal modo a exigir que os documentos sejam oriundos de pesquisas metodologicamente científicas e historicamente verdadeiras .

30.

Inúmeros quilombos foram construídos no século XIX, principalmente nas décadas finais do período escravista. Seus habitantes eram chamados de quilombolas, mocambeiros ou calhambolas e foram perseguidos pelos senhores de escravos e pelo aparato militar colonial e imperial. Alguns quilombos conseguiram sobreviver durante muitos anos mesmo durante a escravidão.

(Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes. O negro no Brasil de hoje)

De acordo com o entendimento dos autores, a persistência de alguns quilombos decorreu da seguinte realidade:

- A) os quilombos eram organizados de forma militarizada e hierarquizada, com uma economia baseada na produção agrícola excedente como café, açúcar e tabaco, e, no extrativismo, como a exploração de ouro.
- B) os quilombolas, frequentemente, faziam acordos tácitos com os proprietários rurais. Os primeiros se comprometiam a não libertar mais escravos, e os segundos evitavam atacá-los.
- C) alguns quilombos se localizavam em áreas isoladas, enquanto outros mantinham relações de aliança com indígenas, brancos pobres e outros grupos da população. Em alguns casos, ambas as estratégias eram utilizadas ao mesmo tempo.
- D) os grandes proprietários rurais e as autoridades políticas do Império tinham interesses conflitantes, pois os primeiros defendiam o escravismo, e as segundas consideravam a necessidade de sua abolição.

31.

Um estudo monográfico das mulheres no Brasil colonial aborda a qualidade de vida de tais mulheres praticamente em toda sua extensão, abrangendo manifestações femininas relativas à religiosidade, à mater discutiridade, à sexualidade, à luta pela sobrevivência, à solidariedade, à saúde e ao trabalho.

(Jaime Pinsky; Carla Bassanezi Pinsky, Por uma história prazerosa e consequente. In: Leandro Karnal (org.), História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas)

Para realização de um estudo como o descrito no excerto, é imprescindível discutir

- A) o patrimonialismo.
- B) o mercantilismo.
- C) o patriarcado colonial.
- D) o exclusivo metropolitano.

32.

A identidade nacional e a difusão de um sentimento nacional patriótico nas escolas republicanas caracterizam, dessa forma, o que se chama de “nacionalismo de direita”. Trata-se de um nacionalismo voltado para atender aos interesses de determinados setores das elites nacionais, voltados para projetos de manutenção de seu poder e privilégios.

(Circe Bittencourt, Identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: Leandro Karnal (org.), História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas)

A perspectiva de ensino de história apresentada no texto busca

- A) reconhecer a diversidade do Brasil, dando destaque à cultura afro-brasileira e à luta dos negros escravizados e seus descendentes por direitos e igualdade.
- B) apresentar uma visão homogênea e harmoniosa da sociedade brasileira, ignorando os conflitos e as desigualdades sociais.
- C) reconhecer a história brasileira como um processo não apenas de dominação e exploração, mas também de resistência e de lutas sociais que ampliaram os direitos dos cidadãos.
- D) apresentá-lo como um símbolo de resistência e luta do povo brasileiro, apesar das adversidades.

33.

Até 1850, as exportações brasileiras de borracha eram insignificantes. Elas cresceram ao longo dos anos, figurando, na década de 1881-1890, em terceiro lugar entre os produtos brasileiros exportados, com 8% o valor total das exportações, porcentagem muito próxima à do açúcar (9,9%).

(Boris Fausto, História do Brasil)

O trecho descreve a decadência da exploração econômica após a primeira década do séc. XX. Essa decadência é explicada por

- A) um esgotamento extrativista vegetal nas áreas amazônicas.
- B) uma concorrência produtiva nas Antilhas holandesas.
- C) uma escassez de mão de obra especializada na atividade exploratória.
- D) um crescimento produtivo de Borracha na Ásia.

34.

O famoso breviário de Langlois e Seignobos começava com uma definição simples, concisa e direta: “Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado”, mas terminava com uma afirmação restritiva: “A História não é mais do que uma aplicação dos documentos.” (...) A última afirmação supunha uma não explicada teoria do conhecimento que mantinha o sujeito cognitivo (o historiador) como neutro e ausente (...)

(Saliba, E. T. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: Pinsky, C. B.; Luca, T. R. de (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 312)

Os autores apontados são vinculados à corrente historiográfica

- A) marxista.
- B) das mentalidades.
- C) estruturalista.
- D) positivista.

35. Em História, os estudos sobre o cotidiano têm, nas últimas décadas, ocupado espaços cada vez mais importantes, pois

- A) a história local é capaz de analisar as origens e o desenvolvimento do homem, enquanto as histórias nacional e mundial tendem a focar nas estruturas.
- B) as histórias individuais são cada vez mais valorizadas, pois os grandes processos históricos são, muitas vezes, difíceis de comprovar.
- C) a ciência histórica prescindiu do diálogo com outros campos do conhecimento, uma vez que sua especificidade conceitual estava ameaçada.
- D) as narrativas dos chamados “heróis” e seus feitos perdem importância para os chamados homens comuns e suas trajetórias de vida.

36.

(...) deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião a fim de mostrar que todas as províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu próprio adiantamento pode ser mais garantido pela mais íntima união entre elas. Justamente na vasta extensão do país, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo que os seus habitantes têm a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisonjeiro, acha-se fundado o poder e grandeza do país. Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço a sua pátria deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra.

(Martius. Karl Friedrich Philip von. Como se escreve a história do Brasil. In.: RIHGB, tomo VII, 1845, p. 381-403)

A obra de von Martius foi escrita no contexto

- A) da abolição da escravatura.
- B) da dissolução da Assembleia Constituinte.
- C) do início do movimento republicano.
- D) das rebeliões regenciais e da instauração do II Império.

37.

Talvez o mais estranho, na democracia antiga, fosse que nela mal havia eleição. Na verdade, não havia cargos fixos, ou eles eram poucos. Havia encargos. Uma assembleia tomava uma decisão; era preciso aplicá-la; então se incumbia disso um grupo de pessoas. Mas estas não eram eleitas, e sim sorteadas.

(Renato Janine Ribeiro, A Democracia. Publifolha. São Paulo, 3.a edição 2008)

O que explica a prática do sorteio na democracia antiga é o princípio da

- A) Isegoria.
- B) Isotonia.
- C) Isocracia.
- D) Isoporia.

38.

Na segunda metade do século XIX, percebemos a tentativa do governo imperial em modernizar o Brasil. Essa tentativa surgiu a partir da necessidade de colocar a recém-criada nação à altura das nações europeias, ditas civilizadas. No entanto, um grande obstáculo se pôs nesse caminho, já que o Brasil ainda concentrava a maior parte de suas riquezas na área rural, o que fazia dos grandes latifundiários os donos do poder, também, possuía a grande maioria da população de escravos e homens livres e pobres. Diante da imposição do novo sistema métrico decimal, vários grupos de homens livres e pobres se levantaram contra o governo imperial. Este artigo discute não apenas as causas das revoltas, mas também sua importância como manifestação popular contra as instituições governamentais, seus aspectos econômicos e sociais no meio rural nas últimas décadas do império.

(www.encontro2012.rj.anpuh.org)

O texto faz referência à Revolta

- A) da Princesa.
- B) da Vintém.
- C) dos Mascates.
- D) do Quebra-Quilos.

39.

Dediquei trinta e três anos e quatro meses ao serviço ativo da nossa força militar mais ágil: a Infantaria da Marinha. (...) Durante todo esse período dediquei a maior parte do meu tempo a servir aos interesses dos Grandes Negócios, a Wall Street e aos banqueiros. (...)

Contribui para converter o México e, especialmente, Tampico em lugar seguro para os interesses petrolíferos norte-americanos em 1914. Ajudei o Haiti e Cuba a se tornarem um lugar seguro para os rapazes do National City Bank efetuarem as suas cobranças. (...) Contribui para que Honduras seguisse uma política "apropriada" para as companhias bananeiras norte-americanas em 1903. (...)

(Declarações de 1935 do major-general Smedley D. Butler. Apud H. Bruit, O Imperialismo)

O documento permite a conclusão de que

- A) a política externa estadunidense, principalmente a partir do início do século XX, caracterizou-se por intervenções militares recorrentes com o objetivo de defender os interesses econômicos do país.
- B) a política externa isolacionista dos Estados Unidos, desde o fim da Guerra de Secessão, trouxe prejuízos para a economia do país e pressão do Congresso contra os presidentes pacifistas.
- C) as nações do continente americano com reservas naturais significativas, como minério de ferro e petróleo, apoiaram-se na forte estrutura empresarial dos Estados Unidos para potencializar suas riquezas.
- D) com a Política da Boa Vizinhança, inaugurada após a crise de 1929, as nações pobres da América receberam investimentos diretos das empresas norte-americanas e passaram a defender os princípios do pan-americanismo.

40.

"Além disso, em 28 de setembro de 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que, apesar de seu perfil tímido e da defesa de um modelo gradativo para o fim do sistema, significava um passo importante nessa direção. [...] Eram evidentes as vantagens dos senhores, que além do mais tinham por prática alterar a idade na matrícula de nascimento dos cativos".

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

A partir do excerto acima, é correto afirmar que a introdução da norma apresentada foi marcada por

- A) um debate político em que a monarquia era apoiada pelos proprietários escravocratas.
- B) práticas ilegítimas que reforçavam os interesses das elites tradicionais.
- C) uma transformação imediata das relações de trabalho no país.
- D) um impacto abrupto na estrutura escravista dominante no império.

41.

“Com Clístenes o ideal igualitário, ao mesmo tempo que se exprime no conceito abstrato de isonomia, liga-se diretamente à realidade política; inspira uma transformação completa das instituições. O mundo das relações sociais forma, então, um sistema coerente, regulado por relações e correspondências numéricas que permitem aos cidadãos manter-se idênticos, entrar uns com os outros nas relações de igualdade, de simetria, de reciprocidade, compor todos em conjunto um cosmos unido”.

VERNANT, Jean Pierre; *As Origens do Pensamento Grego*; Difel: Rio de Janeiro, 2002.

O sistema político descrito no texto acima foi instituído na Grécia Antiga em função

- A) da necessidade de extinguir relações não isonômicas como a escravidão.
- B) da busca por relações políticas homogêneas quanto a participação cidadã na pólis.
- C) do propósito de valorizar lideranças autocráticas em defesa da pólis.
- D) da rejeição da ideia de uma soberania política da assembleia e das instituições.

42. Considere os trechos I e II.

**TRECHO I**

O paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho de proteção da propriedade dos privilégios aristocráticos.

Perry Anderson, *Linhagens do Estado absolutista*. p. 18 e 39. Adaptado

**TRECHO II**

A Constituição revolucionária francesa de 1791 estabeleceu a monarquia constitucional e consagrou a divisão de poderes – Executivo, Legislativo, Judiciário. Porém, (...) estabeleceu que, para ser eleitor e elegível, o indivíduo deveria possuir uma renda bastante alta, o que excluía dessa condição pessoas de vida modesta.

KOSHIBA, Luiz. *História, origens, estruturas e processos*. São Paulo: Atual, 2000, p. 324

O trecho II indica uma transformação das estruturas político-sociais na transição para o mundo contemporâneo em relação ao texto I

- A) ao adotar formas de distinção sociopolíticas baseadas nos privilégios de nascimento.
- B) ao superar os moldes sociopolíticos liberais por meio do do sufrágio universal.
- C) ao garantir direitos políticos e sociais de natureza socialista em relação ao estado absoluto.
- D) ao modificar as formas de restrição sociopolítica para o princípio material da riqueza.

43.

“Na representação vitoriosa dos anos 1930, o brasileiro nasce, portanto, onde começa a mestiçagem. A mistura deixou de ser desvantagem para se tornar elogio, e diversas práticas regionais associadas ao popular (...) foram transformadas em motivo de orgulho nacional. Assim como foi com a feijoada. Originalmente uma comida de escravos, converteu-se em prato nacional e representação simbólica da mestiçagem”.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

A política cultural dirigida pelo governo estadonovista, no Brasil, exemplificada no texto acima, teve o propósito de

- A) valorizar a diversidade cultural e regional e detrimento dos elementos nacionais.
- B) celebrar os valores nacionais como instrumento de legitimação de práticas autoritárias.
- C) promover ações estratégicas democráticas para a redução das desigualdades sociais.
- D) desconsiderar elementos culturais populares da estratégia cultural governamental.

44.

“Para os objetivos do sistema, maquiavam-se os escravizados, antes de expô-los nos leilões e casas de comércio. Eles eram, então, limpos e banhados; os homens tinham a barba e o cabelo raspados, e, para esconder doenças, passava-se óleo na pele. Com o mesmo propósito, distribuíam-se alimentos um pouco mais fartamente. Para evitar o aspecto depressivo (banzo), davam aos cativos estimulantes como gengibre e tabaco”.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

As medidas apresentadas no excerto acima eram necessárias para os propósitos do sistema escravista devido

- A) aos comportamentos rebeldes dos cativos.
- B) à heterogeneidade étnica dos grupos escravizados.
- C) aos maus-tratos sistemáticos aos quais os cativos eram submetidos.
- D) à preexistência da escravidão na costa africana.

45.

“Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la e, por isso, sou regressista.” Com esse discurso, datado de maio de 1838, Bernardo Pereira de Vasconcelos tornou-se uma espécie de símbolo do regresso (...)

(Ronaldo Vainfas (org.), Dicionário do Brasil Imperial)

No contexto apresentado, o regressismo se refere

- A) à concepção revolucionária das camadas médias urbanas, defensoras da ampliação do direito de voto e do fim do poder Moderador.
- B) à reivindicação da oposição liberal moderada para que a maioria do herdeiro da coroa brasileira fosse imediatamente antecipada.
- C) à anulação dos acordos econômicos realizados com a Inglaterra, principalmente os que determinavam o fim do tráfico de escravos.
- D) à opção política de se contrapor às medidas liberais instituídas pelo Ato Adicional de 1834, como a autonomia provincial.

46.

PROCLAMAÇÃO em nome da Assembleia Geral aos povos do Brasil, dando conta dos acontecimentos do dia 7 de abril de 1831, e da nomeação da Regência Provisória, e recomendando o sossego e tranquilidade pública.

(...)

Brasileiros! Já não devemos corar deste nome: A Independência da nossa Pátria, as suas leis vão ser desde este dia uma realidade. O maior obstáculo, que a isso se opunha, retira-se do meio de nós; sairá de um país onde deixava o flagelo da guerra civil, em troca de um Trono que lhe demos (...)

(John Armitage, História do Brasil, p. 383 In: Ivan Alves Filho, Brasil 500 anos em documentos)

Segundo o documento, a independência do Brasil tornou-se uma realidade em 1831, pois

- A) a promulgação de uma nova carta constitucional tornou mais clara a separação de poderes e transformou o Senado Vitalício em Senado Temporário.
- B) o Brasil rompeu os acordos políticos com a Inglaterra, que o tornavam um protetorado da nação mais poderosa do mundo.
- C) a abdicação do imperador D. Pedro I consolidou a separação entre Brasil e Portugal, afastando as possibilidades de recolonização brasileira.
- D) uma Regência Trina Provisória foi eleita, representando todas as forças políticas brasileiras, desde os liberais radicais até a aristocracia rural do norte-nordeste.



47.

O desabrochar da consciência histórica, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, será o fato de natureza intelectual condicionante do início do desenvolvimento dos direitos humanos e da própria ideia de revolução. Sem ela, a moderna noção de igualdade dos cidadãos diante do Estado – primeiro passo dado no longo processo de afirmação da era dos direitos – não teria sido imposta no bojo das revoluções liberais burguesas.

(Marco Mondaini, Direitos Humanos, In Carla Bassanezi Pinsky (org.), Novos temas nas aulas de História, 2009)

Acerca da mudança intelectual discutida no trecho, é correto afirmar que

- A) a política antiabsolutista marcou as bandeiras do renascimento.
- B) a ideia de revolução esteve, desde o princípio, associada aos ideais socialistas.
- C) a Revolução Francesa foi a primeira expressão política do pensamento liberal.
- D) o Iluminismo representou a ruptura com o tradicionalismo místico e divino.

48.

Após enfrentar uma guerra de guerrilhas de 1954 até 1962, a Argélia conquistou uma independência que incluía um difícil processo de por fim ao apartheid e ao ódio entre as comunidades de colonos europeus e a de muçulmanos árabes e berberes que lá viveram por mais de um século.

(Leila Leite Hernandez, A África na sala de aula: visita à História contemporânea, 2010)

A guerra de descolonização africana apresentada acima teve como país colonizador

- A) Portugal.
- B) Inglaterra.
- C) Alemanha.
- D) França.

49.

Em relação à política trabalhista do governo Vargas, as organizações operárias, sob controle das correntes de esquerda, tentaram se opor a seu enquadramento pelo Estado, mas a tentativa fracassou. Em fins de 1933, o velho sindicalismo autônomo desaparecera, e os sindicatos, bem ou mal, tinham se enquadrado na legislação.

(Boris Fausto, História do Brasil, 2008. Adaptado)

É correto afirmar que a política acima apresentada tinha propósito de

- A) emancipar criticamente os movimentos proletários.
- B) construir comunas políticas socialistas no país.
- C) controlar os movimentos de trabalhadores.
- D) consolidar um processo industrial internacionalista.

50.

A supremacia econômica e militar dos países capitalistas há muito não era seriamente ameaçada, mas não houvera nenhuma tentativa sistemática de traduzi-la em conquista formal, anexação e administração entre o final do século XVIII e o último quartel do XIX. Isto se deu entre 1880 e 1914, e a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão.

(Eric Hobsbawm. A Era dos Impérios: 1875-1914, p. 88)

Entre os eventos intimamente relacionados ao processo histórico descrito, encontra-se

- A) o Tratado de Brest-Litovski.
- B) a Conferência de Yalta.
- C) a Conferência de Berlim.
- D) o Tratado de Madri.